

Marilda Menezes¹
Edgard Malagodi²
Emilia R. Moreira³

Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano

Meu fio: tem três coisa que dinheiro não paga nunca aqui: **a minha casa**, que agora é só minha e ninguém bota os pés nela como se fosse dono; **o pedacinho de chão** prá nós planta o que quiser e Deus mandar; **e poder caminhar nessas ladeira** sem ter patrão para reclamar e pistoleiro prá humilhar a gente. Agora eu bato nos peito e digo: nós só não somos mais gente hoje por que o governo num deixa! Dona Nevinha, uma das assentadas (Assentada no PA Redenção. In: Brandão, 2002, p.79).

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a forma específica de “reconversão produtiva” que teve lugar no setor rural do Brejo Paraibano⁴, uma região tradicionalmente ocupada por engenhos e usinas de açúcar e, mais recentemente, por destilarias anexas de álcool, e que, na última década, passou a ser palco de forte concentração de assentamentos rurais. Procura-se mostrar, por um lado, que os investimentos priva-

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: menezesmarilda@gmail.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: emalagodi@uol.com.br.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: emilia@funape.ufpb.br.

⁴ Microrregião da Paraíba, entre a Zona da Mata e o Sertão, o Brejo constitui a parte mais úmida do Agreste, muito importante no abastecimento das cidades com hortifrutigranjeiros.

dos, dependentes em grande medida de incentivo fiscal, tornam-se inviáveis quando perdem o apoio financeiro estatal e, por outro lado, que o restabelecimento da produção e a recomposição da paisagem rural a partir de agricultores camponeses encontram barreiras enormes para se efetivar e apenas se viabilizam mediante a pressão dos movimentos populares. Tomando como referência as transformações socioeconômicas que tiveram lugar nas áreas rurais de maior atividade econômica do Nordeste, especialmente na Zona da Mata e no Agreste, é possível registrar três dimensões que podem ser associadas à noção de reconversão produtiva.

Em primeiro lugar, há dois tipos principais de reconversão produtiva com efeitos econômicos, sociais e políticos diametralmente opostos. Há uma reconversão cuja centralidade está no interesse privado do investimento, ou seja, que decorre somente, ou prioritariamente, de interesses privados e de processos ligados à valorização do capital. E há outro tipo de reconversão produtiva que decorre justamente dos insucessos do investimento de capital, e que é buscado para as áreas que apresentam situações críticas e de estagnação, justamente como resultado final, ou como uma externalidade das atividades ditas “dinâmicas” da fase anterior. Nesse caso, podemos pensar que a reconversão produtiva promove um processo de mudança dos agroecossistemas. Ela remete, portanto, não apenas a uma mudança de tipo de produtos cultivados, de atividade econômica, mas a uma nova relação social e a uma nova relação homem-natureza. Há, portanto, uma nova forma de apropriação dos recursos naturais. Assim, a reconversão produtiva no Brejo Paraibano deve ser estudada do ponto de vista da substituição de um agroecossistema por outro.

Em segundo lugar, nos apoiamos na concepção de Bourdieu (2008), analisada por Cunha (2009), sobre o significado de “reconversão”, que assume os sentidos de:

- a. deslocamentos em um espaço social;
- b. reestruturação do sistema das estratégias de reprodução social; e
- c. transformação estrutural.

Como Cunha (2009), entendemos que a ideia de reconversão pode ser útil para a descrição e análise de formas distintas de mudança social. Garcia Jr. (1989) utiliza a noção de reconversão para designar deslocamentos em um espaço social e reestruturação das estratégias de reprodução social em seu excelente estudo sobre as transformações na *plantation* canavieira e as reconversões dos agricultores e dos grandes proprietários na região do Brejo Paraibano.

Para que a “reconversão produtiva” possa ter algum significado explicativo em processos de mudança social enquanto feixe de transformações em diferentes direções, deve ser entendida do ponto de vista dos conteúdos sociais específicos, dos usos econômicos da terra para os que a detêm, assim como para os que não a possuem e encontram (ou não encontram) nela a chance da obtenção dos meios de vida e reprodução social.

Em terceiro lugar, entendemos que os processos de reconversão produtiva não resultam apenas da ação de uma determinada categoria social, como os interesses dos setores econômicos dominantes, mas são uma construção de diferentes atores, como as diferentes elites econômicas, as organizações de diversas categorias de trabalhadores, os agentes governamentais locais, estaduais, regionais e nacionais. Assim, a reconversão acontece em um ambiente de tensões entre interesses diferenciados de atores que estão em posições de poder diferenciadas. Reconversões produtivas não têm uma explicação monocausal, mas resultam de múltiplas ações, dos interesses dos setores econômicos dominantes no Brasil, das redefinições do mercado internacional, do papel das políticas públicas, da força da organização dos trabalhadores. Trata-se neste estudo, portanto, de analisar os conflitos de interesses entre atores sociais – agricultores, moradores, trabalhadores, grandes proprietários e usineiros –, bem como o papel das políticas públicas na constituição dos processos de reconversão dos espaços sociais no meio rural.

Cana-de-açúcar: expansões e crises

Desde o período da colonização, a relação entre campesinato e grande plantação canavieira tem sido constitutiva do espaço agrário nos estados de Pernambuco e Paraíba (GARCIA JR., 1983; HEREDIA, 1979). Essa relação tem exercido algumas funções importantes no processo de acumulação do capital açucareiro. A produção camponesa complementa o abastecimento alimentar dos engenhos de açúcar e contribui para a formação do contingente de trabalhadores para o cultivo da cana. Além disso, as terras das pequenas propriedades constituem uma área de reserva para a expansão da lavoura canavieira nos momentos de crescimento da demanda por açúcar (WANDERLEY, 1979).

Moreira e Targino (1997) e Garcia Jr. (1989: 67) enfatizam que o Brejo Paraibano combinou historicamente a produção de alimentos com culturas comerciais, tais como algodão, café, agave e cana-de-açúcar. Essa coexistência pode ser compreendida através das classificações *terra de agricultura* e *terra de engenho* ou *terra de cana*.

Referente ao presente ou ao passado, a expressão *terra de agricultura* marca sempre o espaço em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por grupos domésticos de pequenos produtores. A exclusão da cana e do agave da categoria *agricultura* está diretamente relacionada à exclusão dos pequenos produtores destes cultivos. (...) *Terra de engenho*, ou simplesmente engenho, marca, ao contrário, áreas onde os cultivos são feitos por trabalhadores submetidos pessoalmente ao proprietário das terras onde residem e trabalham, comumente designados por moradores⁵, palco privilegiado da sujeição (GARCIA JR. 1989, p. 24-5).

A categoria morador foi a que predominou após o período da escravidão nas grandes propriedades e representou, historicamente, a constituição de um campesinato gestado em um processo de conflitos de interesses com os movimentos e as transformações dos grandes proprietários (GARCIA JR. 1989; MOREIRA e TARGINO, 1997).

A produção de cana-de-açúcar no Estado da Paraíba teve um impulso significativo com o Proálcool, na década de 1970. Este programa redefiniu a região canavieira do Estado da Paraíba, seja pela incorporação de novos municípios, seja pela expansão da fronteira canavieira nos municípios tradicionalmente produtores de cana. No início do Proálcool, em 1975, a produção da cana estava restrita a 15 municípios e se expandiu para 38 na década de 1980 (MOREIRA e TARGINO, 1997). A expansão da cana também se verifica com a ampliação do setor industrial. Até a implantação do Proálcool, a Paraíba contava com sete usinas de açúcar, algumas dezenas de engenhos e três destilarias de álcool. De 1975 a 1985, dez novas destilarias foram implantadas e as pré-existentes foram ampliadas (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O avanço da cana provocou a expulsão e expropriação de moradores, parceiros e foreiros tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana como naquelas que foram por ela incorporadas durante o Proálcool (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No momento da implementação do Proálcool, a região do Brejo da Paraíba contava com duas usinas de açúcar: a Usina Tanques, no Município de Alagoa Grande, e a Usina Santa Maria, no Município de Areia. A Usina Santa Maria começou a moer em 1932, e só muito mais tarde, em 1978, foi criada a destilaria anexa de álcool, com recursos do Proálcool. A sua capacidade era de 6,3 milhões de litros de álcool, a menor capacidade dentre as destilarias implantadas na

⁵ Sobre os significados da categoria *morador*, ver Palmeira (1977).

Paraíba. A usina possuía terras nos municípios de Pilões e Areia que somavam 3.452 ha, segundo o cadastro de terras do Incra. Como as terras da Usina já se encontravam totalmente ocupadas por canaviais, a instalação da destilaria anexa criou uma nova demanda por cana-de-açúcar, que levou o proprietário a arrendar vários engenhos da região, incorporando novas terras para o suprimento de matéria-prima para o complexo Usina/Destilaria. Para tanto, valeu-se de generosos incentivos fiscais e créditos subsidiados. Assim, vários engenhos antigos foram arrendados a partir de 1975 e outros deixaram totalmente de funcionar, tendo os proprietários se transformado em simples fornecedores de cana para a usina. Na safra de 1974/75, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que entregavam cerca de 39 milhões de toneladas; já no ano seguinte, com o início do Proálcool, o número de fornecedores aumentou para 309 e o total de cana por eles entregue era de 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra de 1980/85 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida atingiu 277 milhões de toneladas, com um crescimento de 610% em relação a 1974/75 (ARAGÃO e PAKMAN, 1991; ARAGÃO, 1993; SILVA, 2002).

Levas de trabalhadores rurais expulsas dos engenhos e fazendas transformaram-se em trabalhadores assalariados das plantações de cana ou em desempregados e passaram a compor a paisagem dos pequenos municípios, localizando-se nas famosas “pontas de rua” em condições de moradia bastante precárias. E aos moradores dos engenhos, que ficaram nas terras adquiridas ou arrendadas pela Usina, não foram mais permitidos cultivos próprios de qualquer natureza (SILVA, 2002).

A relação entre o campesinato e a *plantation* canvieira se renova a cada ciclo de expansão do capital açucareiro. Apenas para ficar nos movimentos mais recentes, tem-se que, durante a vigência do Proálcool, o domínio canvieiro expandiu-se sobre as áreas da pequena produção rural situada na Zona da Mata e no Agreste, gerando numerosos conflitos pela posse e uso da terra⁶. Houve redução da área

⁶ Para tentar a expulsão dos pequenos produtores que estavam estabelecidos dentro das grandes propriedades ou nas suas franjas, o latifúndio utilizou todos os métodos possíveis: desde a proposição de acordos até a violência mais brutal (queima de casas, destruição de lavouras, ameaças e agressões físicas e, nos casos extremos, assassinato). Os relatos dessas ocorrências, no final do século XX (MOREIRA e TARGINO, 1997), não deixam nada a dever às situações dantescas descritas por Marx (1980, Cap. XXIV, p. 828-882) ao analisar o processo da acumulação primitiva na Inglaterra.

cultivada com lavouras alimentares: a sua retração foi registrada de forma intensa entre 1975 e 1985, em toda região canavieira, particularmente no Nordeste. Em estudo detalhado para o Estado da Paraíba, utilizando comparação de fotografias aéreas, Moreira (1988) comprovou esse efeito em todos os municípios tradicionais produtores de cana-de-açúcar. A redução das lavouras alimentares no Nordeste brasileiro trouxe consequências sobre o abastecimento alimentar regional, agravando ainda mais as condições de vida da população trabalhadora⁷.

Na conjuntura expansionista da cana dos anos de 1980, ainda sob os efeitos do Proálcool, a produção acadêmica nas Ciências Sociais registrou largamente a ocorrência de processos violentos de expulsão de famílias de trabalhadores rurais no Nordeste⁸, assim como debateu a ameaça da queda da produção de alimentos (MOREIRA e TARGINO, 1997; MOREIRA, 1997)⁹.

A segunda metade dos anos 1980 e o início da década de 1990 caracterizam-se pela chamada “crise” do setor canavieiro paraibano, expressando-se na queda brusca da área colhida com cana de açúcar (de 178 mil hectares em 1986 para 92 mil hectares em 1993) e no endividamento das usinas (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 120-12; TARGINO e MOREIRA, 2009).

Várias usinas faliram, como a Usina Santa Maria em Areia, a Santa Helena em Sapé, a Santa Rita e a Santana, no Município de Santa Rita. Segundo relatório do Banco do Brasil, em 1994, entre seus maiores devedores, a Usina Santa Maria ocupava o 16º lugar, com R\$ 24,7 milhões. Além da dívida de crédito de investimento e custeio, a Usina Santa Maria devia 5 milhões de dólares de créditos trabalhistas. Esse

7 Para uma análise mais detalhada do impacto do Proálcool sobre a produção de alimentos em outras regiões do Brasil, ver Albuquerque (1983), Andrade (1988) e Magalhães (1991).

8 Há intensificação dos conflitos de terra: por vezes, os trabalhadores expulsos organizaram-se em defesa do direito de ficar na terra, originando os chamados conflitos agrários. A violência esteve sempre presente, expressa na destruição das lavouras, na queima dos casebres, na perseguição dos trabalhadores pelos capatazes das fazendas, nas prisões e até em mortes dos trabalhadores (MOREIRA e TARGINO, 1997).

9 Portanto, se tradicionalmente houve coexistência entre a monocultura canavieira e a policultura de base familiar (GARCIA JUNIOR, 1989), não é menos verdade que surtos de reconversão produtiva têm levado a uma situação de bloqueio ou conflito com outros sistemas agroalimentares, não apenas pela propalada superioridade técnico-produtiva, mas, sobretudo, por pressões expansionistas, fomentadas pelo mercado.

valor era superior ao valor das suas 12 propriedades (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.126). Em 1991, foi decretada a sua falência; logo em seguida seu controle passou para a empresa Agroenge (Agropecuária e Engenharia S/A), pertencente a um grupo empresarial do Distrito Federal, que obteve a suspensão da falência na justiça e realizou um novo financiamento com o Banco do Brasil, visando o soerguimento da Usina. Assim, em outubro de 1992, a antiga Usina reabriu com o nome de Usiagro (Usina e Agropecuária Ltda.), tendo ainda produzido açúcar e álcool por mais dois anos. Depois disso, voltou a fechar. O grupo empresarial se retirou sem ter conseguido soerguer a empresa (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.122).

O fechamento das usinas do Brejo Paraibano resultou numa crise do mercado de trabalho local, com sérias consequências para o desenvolvimento territorial. O excedente de mão de obra provocou o aumento do fenômeno da migração temporária para outras regiões canavieiras do Nordeste. Assim, a falência da usina representa um enorme prejuízo: uma perda em investimentos produtivos privados e públicos, uma crise econômica para toda a região e o desemprego em massa. Estes fatos precisam ser incluídos na avaliação geral que se faz do agronegócio canavieiro no Brasil, assim como na avaliação do papel do Estado e das políticas públicas em relação ao setor agropecuário.

A evolução da agroindústria canavieira na Paraíba apresenta, portanto, questões centrais para a avaliação da intervenção governamental na economia e, particularmente da relação entre o chamado agronegócio e o Estado¹⁰, pois, avaliar, por exemplo, o desempenho

¹⁰ O Proálcool financiava o setor industrial e agrícola das usinas de cana-de-açúcar. "Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do valor do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e de 3% para as autônomas na área da SUDENE/SUDAM e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia financiamento de investimento para fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio e tratamentos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para despesas relativas às socas ou às ressocas. O Programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agroindústria" (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 105-106).

da indústria sucroalcooleira nacional apenas a partir dos volumes de produção, da participação na pauta de exportação ou dos lucros obtidos pelo setor, sem relacionar as perdas dos investimentos públicos e privados em projetos falidos, produz uma imagem distorcida da efetiva contribuição do agronegócio canavieiro na produção do PIB e da riqueza nacional. Este procedimento metodológico, que exclui as falências e o fechamento de usinas e destilarias, por exemplo, permite ignorar sistematicamente as perdas dos empreendimentos inviáveis e o risco dos investimentos públicos e renúncia fiscal no fomento dos projetos agroindustriais, apresentados por empresários individuais ou grupos empresariais privados. O investimento agroindustrial privado aparecerá sempre como a redenção econômica para o país, enquanto o custo social e o prejuízo de empreendimentos falidos não forem avaliados. Portanto, além do prejuízo do ponto de vista microeconômico, é necessário introduzir uma metodologia para avaliar as perdas macroeconômicas e as externalidades ambientais e socioeconômicas dos projetos falidos (MOREIRA e PEREIRA, 1998).

O que chama a atenção, no caso da falência das usinas, é que não houve iniciativas oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário para apurar as responsabilidades no caso da falência de projetos financiados. A repercussão na mídia, na sociedade civil local, denota a percepção do problema como um “fato natural”, ou seja, como um fato econômico da alçada privada dos donos da usina. Mas a falência em si de um empreendimento custeado com recursos públicos não provoca reações de protesto, nem um esforço para cobrar a responsabilidade dos que estavam à frente dos projetos. Isso demonstra o quanto a sociedade assimilou a ideologia liberal e neoliberal de que os empreendimentos econômicos, mesmo quando financiados com dinheiro público e mesmo que interfiram na vida de dezenas de milhares de pessoas, de cujo empreendimento dependem para viver, continuam sendo questão da esfera privada, não cabendo aos órgãos públicos ou às comunidades atingidas qualquer cobrança ou reclamação. Uma vez decretada a falência da usina, a comunidade deve procurar arranjar-se como puder: é seu problema!

De usina a assentamento: reconversões produtivas e deslocamentos sociais

Após a falência da usina, os trabalhadores, que continuavam a residir em suas antigas moradias desde o tempo dos engenhos, aguard-

daram uma decisão. A expectativa maior era receber os salários atrasados e os direitos trabalhistas, após dezenas de anos de trabalho¹¹.

A dívida dos direitos trabalhistas não representava apenas uma dificuldade econômica do usineiro em pagar os direitos trabalhistas, mas expressava também, segundo Garcia Jr. (1989:84), uma recusa em alterar a sua atitude quanto aos direitos promulgados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e pelo Estatuto da Terra (1964) e as novas formas de dominação dos trabalhadores que contrastavam com a dependência personalizada vigente na relação de morada.

Garcia Jr. (1989, p. 84) nos explica:

A economia da dominação pela *morada* foi afetada, pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou o favor do senhor que acarretava o contradom do morador, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual, quer se tratasse da casa, do lote de subsistência, da lenha e da água etc. As retribuições monetárias foram fixadas em níveis mais elevados que os precedentes, ao mesmo tempo que foram impostas obrigações até então desconhecidas, como o repouso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro salário, as horas suplementares, o trabalho noturno, a indenização quando da dispensa. Com a aparição deste sistema de equivalência monetária é sempre o *senhor* que fica devedor de seus *moradores* se for levado à justiça, e geralmente por montantes de dinheiro apreciáveis. (...) A partir desta época, é a própria recusa de mudar de atitudes que faz crescer a dívida dos *senhores*: ela cresce na exata medida em que os pagamentos não são efetuados segundo as normas legais.

A reivindicação inicial dos trabalhadores da usina era pelo pagamento dos direitos trabalhistas. No entanto, esse processo se prolongou durante muitos anos (de 1991 a 1996) e foi se tornando um movimento a favor da permanência na terra e da criação de assentamentos rurais. Houve uma ação coletiva de mobilização de setores democráticos e lideranças populares na defesa dos trabalhadores da usina e de seus direitos, que assumiram a reivindicação de desapropriação das glebas de terra e criação de assentamentos de reforma agrária. Surgiu,

¹¹ A professora Emilia Moreira lembra bem que o emprego registrado foi uma das reivindicações dos sindicatos de trabalhadores rurais da região contra o uso abusivo de mão de obra clandestina nos canaviais e que essa demanda custou a vida de Margarida Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

então, um amplo movimento de apoio, que contou com membros das diretorias sindicais dos três municípios, párocos das cidades e irmãs religiosas da cidade de Areia, além de lideranças locais e militantes de partidos políticos de esquerda e do Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira – SEDUP.

Como resposta à crise econômica e social que se instalou na região, o governo federal, sofrendo também a pressão dos movimentos sociais, desapropriou as terras pertencentes à Usina Santa Maria e criou, em sua área de abrangência, um total de dez assentamentos de reforma agrária, localizados nos municípios de Areia, Pilões e Serraria (MOREIRA, 1997; MOREIRA *et al.* 2001). Não resta a menor dúvida de que o aparecimento de dez assentamentos, em uma área de cerca de 4.000 hectares, em terras que estavam até bem pouco tempo atrás sob o controle de uma agroindústria, que havia obtido um alto financiamento estatal, representa o desdobramento do fracasso do projeto empresarial (agroindustrial) para a região, que teve como base a produção de açúcar e álcool. Deste modo, o aparecimento dos assentamentos cumpre um duplo papel histórico: de um lado, minimiza os efeitos sociais e políticos do fracasso do projeto agroindustrial, substanciado na usina e, de outro, cria uma alternativa de emprego e renda para a população rural, abrindo assim espaço para processos de reconversão produtiva.

Antes de qualquer consideração sobre a importância ou o desempenho econômico dos assentamentos, é necessário fazer duas considerações preliminares. Em primeiro lugar, os assentamentos surgem não em decorrência de uma política propositiva de reforma agrária, mas como resultado do fracasso do empreendimento agroindustrial e das pressões políticas advindas dos movimentos sociais. Assim, a reforma agrária, no caso, busca uma alternativa à crise econômica do capital agroindustrial, ao fracasso do agronegócio, pelo menos na região do Brejo da Paraíba, área de influência econômica e social das duas usinas da região, a Santa Maria, em Areia, e a Tanques, em Alagoa Grande. O objetivo da ação reformista do Estado não é criar uma política social de desenvolvimento, mas sim mitigar os efeitos sociais e econômicos de um projeto empresarial, amplamente apoiado pelo Estado, que fracassou. Em segundo lugar, é preciso registrar que a criação destes assentamentos só foi possível mediante uma ampla e eficiente mobilização das comunidades locais, aproveitando a conjuntura de crise econômica e política gerada pelo fechamento da usina.

Cunha (2009), fundamentando-se em Bourdieu (2008), nos indica que reconversão é um bom termo para pensar a mudança social

como processo, dando conta de descrever e explicar processos de mudança social ou ambiental. Ressalta dois significados: reconversão tanto pode ser o efeito transformador de uma ação deliberada do ator, como também mudanças não intencionais. Pode ser uma transformação que age sobre um objeto e pode ser uma transformação do próprio sujeito. No caso da transformação da usina em assentamento, poderíamos dizer que os dois significados estão presentes, pois se trata de um processo de transformações que desestruturam um objeto – no caso a usina e a monocultura da cana – e de uma transformação da posição de morador ou trabalhador assalariado em assentado¹².

A reconversão da condição de morador ou trabalhador assalariado para assentado, de terra de usina para terra de agricultura, só foi possível graças à articulação dos movimentos sociais e de uma intervenção do Estado. Ela não resulta da ação de uma única força social, como se costuma pensar o dinamismo da sociedade, pois mesmo quando os setores econômicos privados são os atores centrais há uma conjunção de diferentes atores econômicos e políticos, e o papel do Estado é, afinal de contas, decisivo. Qualquer tipo de reconversão remete, portanto, a um conjunto de interesses que implica tensões entre atores sociais diversos, que disputam um determinado interesse privado ou de um conjunto de pessoas, segmentos ou comunidades (MALAGODI e MENEZES, 2009).

Retomando as ideias de Bourdieu, o termo “reconversão” se refere a “deslocamentos em um espaço social”, à “reestruturação do sistema das estratégias de reprodução social”, ou à “transformação estrutural”. Quando falamos em dinâmicas de reconversão produtiva não estamos nos referindo, portanto, a transformações econômicas radicais, mas principalmente a deslocamentos, reestruturações, transformações que, sendo significativas, não representam um rompimento completo com o passado. Estas reconversões podem ser tanto materiais quanto simbólicas e envolvem as inovações técnicas e institucionais de que falamos acima (CUNHA, 2009; MALAGODI, 2009). Há uma nova forma de organização do trabalho e da produção, assim como uma nova relação com o Estado e com as políticas públicas.

A reconversão produtiva: da cana à diversidade de culturas

Um fato importante a ser destacado é a forma como os assentados desenvolveram as primeiras culturas. A princípio cultivaram

¹² Assentado é uma categoria política do Estado

principalmente lavouras de subsistência: feijão, milho, mandioca, macaxeira, batata e outros produtos. Mesmo porque, durante o processo de luta pela terra, os trabalhadores eram proibidos de implantar cultivos permanentes, particularmente bananeiras, pois esta cultura configurava uma situação de posse e os prepostos da massa falida eram orientados a coibir tais cultivos¹³. Quando saíram os decretos de desapropriação, os agricultores já estavam na terra e já tinham se localizado dentro das antigas propriedades da usina. Por parte do Incra, não houve um levantamento das áreas que estavam erodidas ou enfraquecidas por longas décadas de cultivo intensivo de cana. Assim, não houve um planejamento que definisse as prioridades e as atividades a serem desenvolvidas nos assentamentos.

Não obstante, a segurança alimentar é um elemento primordial da organização da economia do agricultor familiar (GOMES, 2006; TEIXEIRA e GOMES, 2008). Nessa situação, após a distribuição dos lotes, a atitude mais comum dos assentados foi continuar cultivando, na medida do possível, lavouras com produtos de sua dieta alimentar. Com isso, a região, antes recoberta de cana, passou pouco a pouco a ser produtora de alimentos. Os assentados foram assim, gradativamente, abrindo áreas para os roçados, criando as condições produtivas destruídas pela monocultura intensiva da cana que ocupou todos os espaços, a partir dos anos de 1970¹⁴.

Apoiando-nos justamente na experiência do Brejo Paraibano, podemos dizer que não há uma tendência linear e sem retornos na configuração econômica de determinada área ou região. É também o caso clássico da Zona da Mata nordestina, região que desde os primórdios da colonização tem sido destinada para a atividade canavieira, mas que, no entanto, experimentou vários momentos de reconversão pro-

¹³ Várias narrativas produzidas em entrevistas com trabalhadores evidenciam o fato de eles serem incentivados pelos apoiadores do movimento a cultivar bananeiras e outras fruteiras, desafiando assim a proibição dos prepostos da massa falida. Na verdade havia uma situação de arbítrio, na medida em que a massa falida da usina não garantiu o pagamento dos salários atrasados e indenizações, ficando as famílias à mercê de esforços próprios para prover a autossubsistência. Assim, mesmo sob a ameaça de violências por parte dos fiscais da ex-usina falida, os agricultores foram realizando cultivos esparsos de bananeiras e outras culturas permanentes.

¹⁴ Uma frase recorrente entre os assentados é que “no tempo da usina a cana chegava até a biqueira da casa da gente”. Imagine-se, nestas circunstâncias, o pavor que deveria existir de se provocar o fogo no canavial!

ductiva, evidenciados pelos recuos e avanços da atividade canavieira (MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001, 2002, 2003)¹⁵.

Garcia Jr. (1989, p. 30), em seu estudo sobre as trajetórias ascendentes dos agricultores e trajetórias descendentes dos grandes proprietários e sobre as relações entre a *plantation* canavieira no Nordeste e o mercado de trabalho industrial, também questiona a ideia de trajetória linear do processo histórico.

O processo histórico deixa de ser percebido como tendo um caminho só, inexorável; muito menos é concebido como imposto por “padrões tecnológicos” ou “por força do desenvolvimento econômico”. Passa a ter virtualidades diferentes de seu percurso, segundo a maneira como é resolvido o sistema de contradições homólogas. Contradições que têm de estar presentes em todos os casos, mas a resolução do sistema que constituem admite possibilidades múltiplas. Se a análise do econômico nos ajuda a especificá-las, a precisar certos movimentos, não nos dá a chave de sua resolução. Este é o campo da luta de classes, das lutas individuais e coletivas pela transformação do espaço social. O primado da luta de classes como princípio de resolução de contradições sociais historicamente especificadas é um suposto básico de toda essa reflexão.

A “reconversão produtiva” provocada pelo avanço da cana sobre áreas de lavoura, de múltiplas culturas, associadas com pecuária, implicou uma alteração da propriedade da terra e tende a deslocar as famílias e despovoar o campo. Não se trata, propriamente, de reconversão produtiva, mas de produção e de investimento de capital na agricultura.

A instalação dos assentamentos de reforma agrária no Brejo Paraibano, nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoa Grande, tem exatamente o sentido inverso. Trata-se de uma reconversão produtiva que recompõe partes de áreas anteriormente desmatadas e fortemente degradadas pela monocultura canavieira intensiva e que se tornam improdutivas para o capital. A implementação dos assentamentos nestas áreas representa uma forma de tornar produtiva uma área que foi declarada improdutiva pelo capital, declaração essa proferida pela falência de sucessivos empreendimentos.

¹⁵ Outros estudos em São Paulo evidenciam que, em meio ao mar de cana, há emergência de assentamentos rurais, cuja base produtiva é a diversidade de culturas (ALMEIDA, GOMES, FERRRANTE e BERGAMASCO, 2008).

Mas esse processo ocorreu sem a intervenção ativa do Estado¹⁶ – ou melhor, com a ausência dos órgãos relacionados à questão, no plano estadual (Emater-PB, Interpa), e com a presença apenas normativa e burocrática do órgão federal (Incra). A intensificação da cana e a política da usina de proibir cultivos próprios haviam eliminado a chance de manter suas técnicas tradicionais de agricultura. Assim, os novos agricultores tiveram de reaprender como fazer agricultura. A lógica da reciprocidade entra em ação na repartição dos conhecimentos, na obtenção de sementes, na escolha do melhor momento para plantar e dos locais adequados para as culturas, e em um esforço conjunto, ainda que direcionado ao desenvolvimento de cada lote particular, que acabou criando as bases para o surgimento dos roçados de mandioca, milho e feijão. Desta forma, os assentados criaram uma condição importante para a reprodução social das famílias (MOREIRA, *et al.* 2002; WHITAKER, 2008).

No entanto, a economia familiar não se estabiliza sem produção de bens ou serviços comercializáveis, que garanta uma parte de seus ingressos em meios monetários. Assim, a montagem de uma estrutura produtiva deve incluir a perspectiva de produção para outros, para atender algum tipo de demanda dos centros urbanos. No entanto, a redefinição da estrutura produtiva não é apenas uma questão de vocação agrícola da terra ou vontade dos agricultores, mas, sobretudo, a possibilidade de penetrar nos canais tradicionais de comercialização. No caso destes assentamentos do Brejo Paraibano, a distância de centros urbanos importantes é grande e a qualidade das estradas, péssima. Além disso, as cidades já se encontravam abastecidas pelos seus canais tradicionais de fornecimento, seja de hortaliças, legumes ou frutas. Anteriormente ao assentamento, o cultivo comercial por excelência era a cana, e a usina consumia praticamente toda a produção da região. No entanto, a falência inviabilizou o plantio deste produto, a não ser em pequena escala, destinada aos engenhos de cachaça e de rapadura, sobreviventes na região. Tratava-se então de encontrar cultivos comerciais, cuja demanda fosse assegurada e que garantissem uma boa renda aos assentados. Qual o caminho seguido?

¹⁶ Esta é a tese defendida por Silva (2002) em sua dissertação de mestrado sobre o Assentamento Redenção, o maior da região, com quase uma centena de famílias. Na verdade, a afirmação tem um sentido amplo, pois houve a instituição do Projeto Lumiar em 1999 e 2000, que atuou fortemente nesse processo de reconversão da terra em culturas alimentares. Entretanto, apesar de ser um eficiente programa federal para as áreas de assentamento, foi abruptamente extinto, reforçando a argumentação de Silva (2002). Ver também Ieno Neto, 2005.

Neste momento, a existência de plantios de banana na região, com escoamento assegurado para cidades de porte médio no vizinho Estado do Rio Grande do Norte, foi a alternativa mais segura: os lotes foram rapidamente cobertos de bananais, na variedade *pacovan*, de grande produtividade e aceitação pelo comércio comprador. Outras plantas frutíferas como cajueiro, coqueiro e mangueira, como cultivos secundários, foram ocupando espaço, sem, contudo, assumir a importância econômica que a banana começou a representar para os assentados. Houve também o incentivo à produção do urucum (também chamado de açafraão), matéria-prima para obtenção de corantes para a culinária e outras finalidades. É possível observar que há uma diferenciação no desenvolvimento dos lotes e que em alguns deles observa-se uma intensa ocupação e desenvolvimento. Este fato, que deveria merecer um estudo à parte, deve-se a fatores específicos: presença de outras rendas externas (no que se inclui mesmo o trabalho assalariado fora do assentamento) ou então condições especiais das famílias, como a presença de filhos em idade de trabalho¹⁷. No entanto, o plantio quase exclusivo da banana como produto comercializável, nestes assentamentos, tem representado um grande limite para o desenvolvimento dos lotes e um problema econômico para as famílias. A ampliação da área plantada, sem um aumento da demanda ou a abertura de novos mercados, acabou por limitar para baixo o preço do produto na região e em todo o Estado da Paraíba, sobretudo devido à dependência com relação aos compradores, em geral atravessadores, que monopolizam o comércio em grosso e vêm buscar o produto no próprio lote do assentado¹⁸. Nesta situação, é grande a expectativa dos assentados em tentar outros cultivos e ter outros produtos comercializáveis. Em vários assentamentos, como mencionado anteriormente, tem-se plantado urucum. Mas, em certos anos, o rendimento monetário da venda mal cobre os custos com o trabalho de colheita deste corante¹⁹.

¹⁷ Em alguns assentamentos (como é o caso do Assentamento São Francisco, Município de Pilões), os assentados obtiveram crédito para a criação de gado leiteiro, o que permitiu a associação entre lavouras temporárias, fruticultura e gado. Este consórcio tem permitido a acumulação por parte de algumas famílias, fato que não pode ser generalizado para todo o assentamento.

¹⁸ Ainda que o preço do produto oscile, os produtores dificilmente obtêm mais de 25 reais pelo milheiro da banana de boa qualidade.

¹⁹ O plantio do urucum se fez com a promessa dos técnicos da Emater de que o preço mínimo para o quilo das sementes seria de três reais. No entanto, no primeiro ano ainda se obteve dois reais por quilo. Atualmente o quilo da semente é recebido pelos atravessadores por setenta centavos, o que mal cobre as despesas de colheita deste produto.

Analizando o processo de implantação das lavouras alimentares e da banana, pode-se perguntar quais foram os fatores que determinaram a escolha destes produtos. Podemos elencar os mais importantes: 1) são conhecidos na região e já se sabia como cultivar; 2) havia facilidade na obtenção de mudas e sementes; 3) alguns experimentaram e deu certo (agronomicamente falando); 4) sempre há alguma demanda e se vende (é o caso da banana, do urucum e da cana).

Esta experiência e este processo vivido pelos assentados mostram que a alternativa é desenvolver as potencialidades, e estas estão inscritas no repertório do saber local e das características de solo e água. Portanto, as possibilidades não são infinitas, mas há um leque de opções que podem dar certo.

No entanto, só alguns cultivos se apresentam como viáveis, sendo viáveis porque se apoiam no saber local. Este saber se materializa nas práticas de manejo e é compartilhado e difundido pela comunidade. A assistência técnica pode potencializar esse processo, mas as experiências destes assentados com a assistência técnica foi, de um modo geral, desastrosa, uma vez que os técnicos trouxeram inovações (por exemplo, introdução da lavoura do urucum), mas não deram assistência técnica ao manejo, colheita e beneficiamento. Os agricultores se viram em apuros em relação à ocorrência de ataques de fungos nas folhas, não tiveram capacitação mínima nos processos de pós-colheita e comercialização do produto, recorrendo a procedimentos muito artesanais e rudimentares de beneficiamento da semente, fazendo cair a qualidade do produto e o preço.

É neste ponto que se deve inserir o debate sobre a sustentabilidade do assentamento, ou melhor dizendo, a viabilidade econômica, já que do ponto de vista ambiental há, por parte dos assentados, um interesse muito grande em preservar as áreas (coletivas) de reserva florestal, já parcialmente cobertas de mata²⁰. Havia também iniciativas informais de trabalho comunitário nas áreas coletivas. A viabilidade e o êxito econômico destes assentamentos parecem, portanto, estar muito dependentes da possibilidade de poder contar com assistência técnica adequada e regular, e não episódica ou esporádica, como tem sido o

²⁰ No período da pesquisa, observou-se a ocorrência de incêndios nas matas, bem como a tentativa dos assentados de acionar o Ibama e a Sudema (órgão ambiental do Estado). No entanto, não foram atendidos. Informalmente os assentados nos contavam que fazendeiros vizinhos “botam fogo na mata”, para justificar o fato de soltarem seu gado nessas áreas. Mas, como ex-assalariados, os assentados se vêm incapazes de uma ação mais enérgica em relação a grandes proprietários vizinhos.

caso nestas áreas de assentamento do Brejo Paraibano. No caso dos assentamentos pesquisados, tratava-se, porém, de ex-assalariados da cana, quer dizer, da primeira geração de agricultores camponeses, que pioneiramente entraram em um processo de resgate e construção de um saber camponês. Portanto, a necessidade de assistência técnica tem sido grande, o que, combinado com o crédito dimensionado e formatado para as suas condições, seria ingrediente essencial para o dinamismo da produção (COSTA, 2008). No entanto, as inovações introduzidas e o apoio creditício não levaram em conta esse fato. Também nesse aspecto, observa-se que o interesse do Estado está centrado na criação de assentamentos e em assentar famílias, e não se dirige a dar condições produtivas a estes novos camponeses, o que também é revelador do desinteresse estatal em promover uma verdadeira reforma agrária.

O surgimento dos assentamentos no Brejo Paraibano teve repercussões nas cidades da região. Se antes havia uma economia intensamente monetarizada, pois tanto os trabalhadores da parte industrial como da parte agrícola da Usina recebiam semanalmente seus salários e gastavam todo o dinheiro nas mercearias e mercadinhos das vilas e cidades da região, após a falência da usina, a circulação de moeda nos vilarejos e bodegas ou mercearias rurais praticamente desapareceu, e também os produtos postos à venda diminuíram. No entanto, a queda da renda monetária foi compensada por dois novos aspectos: o campo deixou de ser um simples espaço de produção de matéria-prima para a indústria – um único canavial – e passou a ser um território onde as pessoas moram, cultivam suas hortas e lavouras, e definem a paisagem de suas casas, não raro com um alpendre e alguns coqueiros do lado. Trabalhadores rurais e suas famílias – adultos, crianças, jovens e idosos – passam a compor a paisagem, antes marcada por caminhões de cana e gaiolões, ou paus de arara de “boias-frias”. Mas também há outra novidade: as feiras locais passam a contar com produtos que antes só vinham de fora. Alguns produtores com mais experiência comercial se juntam com outros e formam pequenos grupos de venda coletiva²¹. Outros se aproximam de movimentos e sindicatos organizados para participarem como produtores-feirantes, em uma feira diferente, a *feira agroecológica*²². Do mesmo modo, as cidades passam

²¹ Um detalhamento dessa experiência de comercialização pode ser encontrada em Marques (2006).

²² Ver a respeito: Marques (2006), que analisa a feira agroecológica em Remígio, que hoje integra a Eco Borborema e outras cidades da região e é composta de muitos produtores provenientes de vários assentamentos (CARVALHO, 2008).

gradativamente por mudanças: antigos engenhos são recuperados e cachaças de qualidade são anunciadas e nelas comercializadas. Também iniciativas de turismo rural vão aparecendo na região, ainda que não nos assentamentos (SCHNEIDER, 2003). Em outras palavras, não se trata apenas de uma reconversão produtiva, mas de uma nova relação campo-cidade²³.

Os limites da reprodução social dos assentados

Para complementar a renda familiar, mas também até para custear o plantio e outras atividades no lote, o assalariamento fora do assentamento continua sendo uma alternativa viável para muitos assentados. Portanto, muitos chefes de família têm que recorrer à migração para a obtenção de uma renda mínima – tema sobre o qual não falam com tranquilidade, já que a burocracia do Incra divulga a ideia de que o assentado que sai do lote para trabalhar fora poderá “ser cortado” e substituído por outro.

A necessidade do assalariamento para complementar a renda dos agricultores ou até mesmo viabilizar a reconversão de categorias como a de morador a pequeno proprietário foi amplamente analisada por Garcia Jr. em seu livro *O Sul: caminho do roçado* (GARCIA JUNIOR, 1989).

Diante deste quadro tão diferenciado, cabe indagar: Que tipo de processo de reconversão produtiva é este, que coloca o assentado no centro do processo, mas ao mesmo tempo o desarma de todos os recursos para deslanchar um outro processo e dar pleno desenvolvimento aos lotes e às associações que surgem invariavelmente em todos os assentamentos? Será que, devido à diferença de recursos obtidos e à indiferença do Estado em relação aos desafios enfrentados pelos assentados, é legítima uma comparação entre os pequenos, mas significativos avanços dos assentados, e as receitas obtidas pela agroindústria canavieira? Nessa simples justaposição fica evidente que a criação dos assentamentos corresponde ainda a uma política de mitigação da pobreza e uma concepção de política pública compensatória (TEIXEIRA e GOMES, 2008; PESSOA, 2006).

²³ Whitaker observa que a presença dos assentamentos pode estabelecer uma nova relação campo-cidade permitindo “definir novos territórios (superando a ideia política de região e municípios), nos quais se formam redes de abastecimento autônomas e ajustadas às características locais e que estabelecem seu dinamismo na relação sinérgica cidade-campo. Tal política de planejamento poderá, sem dúvida, substituir paulatinamente a agricultura deletéria dos grandes cultivos” (WHITAKER, 2008, p. 339).

O apoio estatal ao empreendimento usineiro resulta de uma concepção estratégica de manutenção de um sistema de exploração dos recursos humanos e naturais (o homem e a terra), que une interesses patrimonialistas dominantes através de canais institucionais (ARAGÃO e PAKMAN, 1991). Mas também, em termos contábeis, o rendimento do empreendimento agroindustrial não é evidente, mesmo em épocas em que a usina estava moendo a todo vapor. A necessidade dos subsídios estatais, o endividamento permanente da empresa e o passivo trabalhista – além das condições de extrema miserabilidade em que vivia a população assalariada dos campos – não são compatíveis com a imagem de uma empresa que viabilize rendimentos regulares (ARAGÃO e PAKMAN, 1991).

Alguns autores salientam que a declividade dos terrenos da região montanhosa de Areia, Pilões e Serraria seria por si um óbice ao cultivo da cana, em virtude da impossibilidade de mecanização do plantio e corte, dificuldade do transporte da matéria-prima e outros problemas. Decorridas duas décadas, é possível afirmar que o empreendimento agroindustrial canavieiro, no caso das usinas estudadas neste texto, sempre foi insustentável e se manteve apenas enquanto houve subsídio público e a inadimplência foi tolerada (ARAGÃO e PAKMAN, 1991; LIMA e ARAGÃO, 1999). Nesse sentido, apenas uma aliança entre interesses privados e grupos detentores do poder político poderia garantir uma sustentabilidade temporária e fictícia para a usina. Em que medida essa questão pode ser discutida, tendo como referência a possibilidade do assentamento de centenas de famílias? Trata-se de uma nova aliança política, que viabiliza, agora através de uma política compensatória, a fixação de mais de 500 famílias de ex-canavieiros em lotes de 7 a 10 hectares? Ou trata-se de uma nova situação social, política e econômica, e que pode ser pensada como uma alternativa viável e efetiva para a região? Podemos entender esse processo como “desenvolvimento local” ou, ainda, como “desenvolvimento territorial sustentável”²⁴?

O assentamento rural representa também uma alternativa importante para resolver o problema de emprego e renda no país; no entanto, pode-se afirmar que a implantação de assentamentos de reforma agrária abre a perspectiva de um novo tipo de desenvolvimento em regiões que se tornaram inviáveis para as agroindústrias capitalistas e para os empreendimentos de risco. O assentamento de reforma agrária

²⁴ É interessante incluir aqui os questionamentos de Francisco de Oliveira (2002) em relação ao que se pensou em termos de desenvolvimento local.

em áreas tradicionais de cana-de-açúcar e de predomínio do assalariamento coloca a possibilidade da reconversão produtiva na perspectiva de uma produção diversificada, especialmente quando centrada na produção de alimentos. Portanto, a eficácia do desenvolvimento de um novo modelo de agricultura a partir dos assentamentos rurais, particularmente em regiões onde sua implantação não ficou restrita a casos isolados, mas reconfigurou radicalmente a paisagem rural, como é o caso do Brejo Paraibano, mostra-se viável, mas depende essencialmente da existência de políticas públicas adequadas. Assim, a reconversão produtiva não ficará dependente apenas do esforço individual dos assentados e seus familiares. O apoio das secretarias municipais de agricultura, de lideranças locais e militantes de ONGs, das paróquias e movimentos religiosos, ou de ações individualizadas a partir das universidades locais pode ser – e tem sido – muito útil e significativo, mas não tem condições de impulsionar decisivamente o desenvolvimento sustentável dos assentados. Se o êxito da relação de moradia dependia da aceitação pacífica, e praticamente unilateral, por parte do trabalhador/morador, ela pressupunha uma forte dose de submissão e enquadramento às condições de vida no engenho. Era uma relação muita prática aos olhos do morador, porque ele conhecia pessoalmente e tratava diretamente com seu patrão. Suas tarefas, sua rotina, seu ganho, suas condições de vida (moradia, possibilidade do roçado etc.) eram claramente definidas pelas determinações do senhor de engenho.

Muito diferente é hoje: a nova situação os coloca numa relação abstrata e distante com o Estado, materializado aos olhos de todos através dos funcionários do Incra. O processo de reforma agrária via assentamento do Incra coloca os trabalhadores diante de um mundo que não controlam: eles entendiam o mundo do engenho e, depois, o mundo da usina. Mas como entender o assentamento, que tem seus donos espalhados, de João Pessoa a Brasília?

A primeira questão é: Representa isso um avanço ou uma perda para o agricultor? Este aspecto não foi possível ainda observar, mas parece-nos que esta situação favorece uma politização dos assentados, o contato com um ente político e com um processo permanente de reivindicações e de pressões, por um lado, e de reações a medidas superiores, de outro. Enquanto o mundo do engenho tendia a separar o morador do mundo, o Projeto de Assentamento (PA) o coloca em contato com o mundo da política e faz dele um observador e um questionador das políticas e do Estado.

O que podemos inferir da constatação acima é que as exigências que essa nova situação impõe ao assentado obrigam sua capacitação

para enfrentar esse mundo complexo das políticas públicas e, do relacionamento com os funcionários e técnicos bem como para saber defender seu interesse particular em face de uma estrutura complexa, cuja ponta pode localizar-se no sistema financeiro ou mesmo no exterior. Deve-se reconhecer, portanto, a necessidade de uma formação específica para os assentados que, por sua própria história, não puderam aprender como manejar o crédito ou a produção comercial. É fundamental prepará-los para enfrentar um arcabouço jurídico que o oprime sempre que não consegue, por exemplo, pagar o crédito bancário. Como poderá o assentado, que até pouco tempo era um trabalhador assalariado alijado de quaisquer direitos, conhecer as tramas da legislação que regem os contratos de crédito?

Pois o assentamento de reforma agrária em áreas tradicionais de cana-de-açúcar e de predomínio da relação de assalariamento abre a possibilidade da recriação da agricultura familiar camponesa, apoiada na organização coletiva dos assentamentos. A grande questão é a inexistência de políticas públicas adequadas à implantação e consolidação dos assentamentos (SILVA, 2002).

Portanto, a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária, particularmente em regiões onde sua implantação não ficou restrita a casos isolados, mas reconfigurou a paisagem rural, como é o caso do Brejo Paraibano, depende diretamente das políticas públicas para este segmento, uma vez que se trata de uma transição que não pode ser operada apenas pelo esforço de lideranças locais ou pela ação isolada de mediadores, como ONGs ou movimentos locais de apoio.

São muitas as demandas e desafios postos ao assentado e à sua família. Em primeiro lugar, a recuperação de uma cultura camponesa, reprimida com a chamada modernização da agricultura e com a intensificação da cultura da cana, principalmente sob os efeitos do Pro-álcool. Após a falência das usinas, esse agricultor entrou em um longo processo de recomposição da sua cultura camponesa, destroçada pela intensificação do cultivo da cana, a partir da década de 1960. Haviam-se perdido as sementes de feijão²⁵, adaptadas à região, a *maniva* de mandioca (roxa preta), resistente à podridão da raiz; perdeu-se o costume do ciclo produtivo nas lavouras de subsistência; perderam-se os investimentos de gerações, feitos nos sítios dos moradores de en-

²⁵ Para muitos ajudou a memória das variedades que cultivavam com seus pais, por exemplo, do feijão barba-de-guiné, do viajante, do sempre-verde, da vagem de seda. O movimento pela recuperação do patrimônio genético pelos agricultores de regiões vizinhas, com o apoio da ONG AS-PTA, muito os tem ajudado nesta busca.

genhos. Trata-se, portanto, de recuperar as sementes das variedades tradicionais, próprias de sua região, e de combinar seu saber com os recursos disponíveis, para obter um manejo eficiente e lucrativo de sua lavoura.

Em segundo lugar, trata-se da reconstrução do espaço social, cujo ponto de chegada ainda não foi fixado. Neste aspecto, não se trata apenas de recuperar a técnica de cultivar culturas de subsistência e de encontrar os melhores produtos comerciais para o seu lote, mas, sobretudo, de se inserir na sociedade local, com uma perspectiva própria de inserção na sociedade nacional.

Em terceiro lugar, coloca-se a questão: Como transformar o relacionamento de antigos vizinhos e ex-companheiros do eito²⁶, anteriormente marcado pela concorrência e disputa no relacionamento com o patrão (a usina), para uma parceria construtiva, em perspectiva de longo prazo? Como transformar as associações de assentados em cooperativas ativas e eficientes, como espaços de elaboração de estratégias comuns e acumulação de esforços e recursos para a produção?

Considerações finais

Todas estas questões não têm resposta clara e apontam para as parcerias diversas, que têm se desenvolvido em diversas direções. De um lado, parceiros oficiais e mais ou menos regulares, de outro, parcerias construídas a partir de contatos e interesses eventuais. Como parceiros oficiais aparecem, de um lado, a Prefeitura local, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o próprio Incra, e de outro lado, em uma relação mais distante, a Emater, a Embrapa e as universidades²⁷, menos regulares, mas com grande potencial de apoio técnico. Surge também, uma série de contatos informais, decorrentes da própria identidade de interesses, construída ao longo do processo de luta pela desapropriação. Entre esses contatos, contam-se: o relacionamento com o padre, com a paróquia, com os movimentos organizados, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), com o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), com organizações não governamentais, como AS-PTA, SEDUP e a ASA-PB. Dada

²⁶ Trabalhadores do eito, como eram chamados os moradores e assalariados que substituíram os escravos na lavoura canavieira.

²⁷ Existem três universidades públicas que atuaram nas áreas de assentamento, em graus diversos de intensidade, sendo duas federais (UFPB e UFCG) e uma estadual (UEPB).

a experiência acumulada por estas entidades, e sua capacidade de atuação, com a presença de assessores e técnicos experientes, pode-se dizer que os assentamentos que conseguirem construir parcerias duradouras poderão ter mais facilidades para superar as dificuldades que enfrentam, uma vez que a presença atuante do órgão responsável pela reforma agrária, o Incra, é esporádica e incerta.

Em suma, a possibilidade da efetivação da reconversão produtiva apoiada nos assentamentos em áreas anteriormente dominadas pelo agronegócio em larga escala, e que chegaram ao esgotamento, depende certamente da capacidade dos assentados de tomar conhecimento dos novos desafios e dificuldades postas, e de encontrar as soluções mais eficazes. Desse modo, podem contribuir para a recomposição do tecido social e político da própria região. Assim, o assentamento de reforma agrária em áreas degradadas pela monocultura canavieira, que parece não possuir alternativas de desenvolvimento econômico empresarial, surge como uma estratégia de reconversão bastante promissora tanto do ponto de vista econômico, como cultural e político.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. de. Proálcool e produção de alimentos. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 3, n. 1, 1983.
- ALMEIDA, L. M. de M. C.; GOMES, T. P. S.; FERRANTE, V. L. S. B. e BERGAMASCO, S. M. P. P. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de uma experiência municipal recente. *Retratos de Assentamentos*, v. 1, 2008, p. 157-194.

- ANDRADE, M. C. de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: Sudene, 1988.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. A Economia política do açúcar e do álcool no Brasil. In *Cadernos de Economia*, Série Debates n. 39. Campina Grande: Mestrado em Economia, 1993, 160p.
- ARAGÃO, Paulo O. R. de e PAKMAN, Elbio T. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. In *Raízes*, v. 8, janeiro/dezembro 1991.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de e ROCHA, José Bolívar. The agricultural and food sector in the new global era. In BONANNO A. (Org.). New Delhi: Concept Publishing Company, 1993.
- BOURDIEU, P. *A distinção: A Crítica Social do Julgamento*. Ed. Zouk, 2008.
- CARVALHO, Cynthia X. de. (2008) *Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande: Programa de Pós-graduação em Sociologia. Tese de doutorado, 2008.
- COSTA, Fernando B. Desempenho do crédito rural na redução da pobreza. In: GOMES, Aldenor (Org.). *Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas*. Porto Alegre: Sulina, cap. 3, 2008, p. 119-142.
- CUNHA, L.H. Sobre o conceito de reconversões. In: *I Seminário do Projeto Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano*, Campina Grande, UFCG, 2009.
- GARCIA JUNIOR, A. Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e reprodução social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília/MCT/CNPq, 1989.
- GOMES, Aldenor. Pobreza, qualidade de vida e segurança alimentar: as famílias rurais norte-rio-grandense. In: _____, *Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do nordeste brasileiro*. São Paulo: CERES – Centro de Estudos Rurais, 2006.
- HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IENO NETO, Genaro. *Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o projeto Lumiar na Paraíba*. Tese de Doutorado. UFPB/PPGS. João Pessoa, 2005.
- LIMA, Sergio R. R. de. e ARAGÃO, Paulo O. R. de. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. *Raízes*. Ano XVIII, n. 19, 1999.
- MAGALHÃES, João P. A. *Proálcool: uma avaliação global*. Rio de Janeiro: Astel, 1991.

- MALAGODI, E. e MENEZES, M. Da reconversão produtiva ao desenvolvimento autônomo: a difícil trajetória dos assentamentos rurais em terra de usina. In: SILVA, A.G.; CAVALCANTI, J.S.B. e WANDERLEY, M.N. *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009, p. 227-252.
- MALAGODI, E.A. Notas sobre o conceito de reconversão produtiva. In: CUNHA, L.H. Sobre o conceito de reconversões. In: *I Seminário do Projeto políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano*, Campina Grande: UFCG, 2009.
- MARQUES, Francisco R. de S. *Juventude Rural e Assentamentos de Reforma Agrária: trajetórias e experiências coletivas*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado, 2006.
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I. volume II, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MOREIRA, Emilia, TARGINO, Ivan e MENEZES, Marilda. *Impactos da Reforma Agrária na Zona Canavieira do Nordeste*. João Pessoa: Relatório Técnico de Pesquisa- CPDA/UFRRJ/MNRJ/NEAD, 2001.
- MOREIRA, Emilia, TARGINO, Ivan e MENEZES, Marilda. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano na Zona da Mata Paraibana: as mudanças na dinâmica do comércio e das feiras livre. In ARAGÃO, P.O.R. de; GLAVANIS, P. M. (Org.). *Globalização e ajuste estrutural*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda A. de. Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na Zona Canavieira do Nordeste. Recife: *Revista de Estudos Sociais* (Fundaj), v. 19, n. 2, 2003.
- MOREIRA, Emilia & TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1997.
- MOREIRA, Emília et alli. *Impactos regionais da reforma agrária: o caso da Zona da Mata nordestina e do Brejo Paraibano*. Relatório final de pesquisa, 2001.
- MOREIRA, Emília de R. F. *Evolution et transformations récentes de l'organisation agricole de l'état de la Paraíba*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris III, 1988.
- MOREIRA, E. R. F. e PEREIRA, M. P. B. PROÁLCOOL, crise e desemprego: a percepção dos trabalhadores. In: SILVA, Maria J. L. da (Org.). *Iniciados*. João Pessoa: Editora Universitária, v. 1, 1998, p. 279-368.

- MOREIRA, Emilia de R. F. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In CACCIA-BAVA, Silvio; PAULICS, Veronika; SINK, Peter (Orgs.). *Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis, Programa de Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho; notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, Niteroi, 2 (2): 1977, p. 103-114.
- PESSOA, Zoraide S. Agricultura familiar como alternativa de geração de emprego e renda rural. In: GOMES, A.(Org.). *Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do nordeste brasileiro*. São Paulo: CERES – Centro de Estudos Rurais, 2006.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SILVA, José V. B. *O direito de ficar na terra: omissões do estado e a construção de um novo sujeito coletivo de direitos*. Campina Grande: UFCG. Dissertação de Mestrado, 2002.
- TARGINO, I. e MOREIRA, E. Impactos da política agroenergética sobre a organização do espaço agrário brasileiro. In: *Encontro da Latin American Studies Association (LASA)*, Rio de Janeiro, junho de 2009.
- TEIXEIRA, Islândia B. C. e GOMES, Aldenor. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no nordeste. In: GOMES, Aldenor (Org.). *Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas*. Porto Alegre: Sulina, cap. 2, 2008, p. 73-117.
- WANDERLEY, Maria de N. B. (org.) (2004), *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis/Campinas: Ceres/Unicamp.
- WANDERLEY, Maria N. B. Olhares sobre o “rural brasileiro”. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/ UFCG-PPGS*. Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2 (jan.-dez./2004), p. 82-98.
- WANDERLEY, M. N. B. *Capital e Propriedade Fundiária; suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WHITAKER, Dulce C. A. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera L. S. B. e WHITTAKER, Dulce C. A. (Orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [coeditor], 2008.

MENEZES, Marilda, Edgard Malagodi e Emilia R. Moreira. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2013, vol. 21, n. 2, p. 332-358, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano*). O objetivo deste artigo é analisar a forma específica de “reconversão produtiva” que teve lugar no setor rural do Brejo Paraibano, uma região tradicionalmente ocupada por engenhos e usinas de açúcar. Na década de 1990 passou a ser palco de forte concentração de assentamentos rurais. Procura-se mostrar como os investimentos privados, que dependem em grande medida de incentivo fiscal, tornam-se inviáveis quando perdem o apoio financeiro estatal, enquanto o restabelecimento da diversificação da produção e a recomposição da paisagem rural a partir de agricultores camponeses encontram barreiras enormes para se efetivar e apenas se viabilizam mediante a pressão dos movimentos populares.

Palavras-chave: usinas de cana de açúcar, assentamentos de reforma agrária, diversificação agrícola, reconversão social.

Abstract: (*From sugar cane mill to land reform settlement: the dilemmas of productive reconversion in the Brejo Region, State of Paraíba*). The aim of this article is to analyze the specific form of “productive reconversion” that occurred in rural area of the Brejo region in the State of Paraíba. This is a traditional sugar cane *plantation* region specialized in sugar and alcohol production. In the 1990s this region was the scenario of land reform settlements. On one hand, we seek to show how private investments, which rely mainly on financial incentives, have become impracticable when they lose state support. On the other hand, we discuss how peasant farmers have faced great barriers to restore the rural landscape and to recover diversified agriculture systems. This has been only achieved through the pressure of social movements.

Key words: Sugar cane mills, Land reform settlement, Agriculture diversification, Social reconversion.

Artigo recebido em 23/10/2013

Artigo aprovado para publicação em 02/12/2013